

Geração Futuro
Corretora de
Valores S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016
com relatório dos auditores
independentes sobre as
demonstrações financeiras**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações do fluxo de caixa - Método Indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º andar
20031-000 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 3515-9400, Fax +55 (21) 3515-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Geração Futuro Corretora de Valores S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Geração Futuro Corretora de Valores S.A. ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Corretora em 31 de dezembro de 2016, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção à seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes

Os valores correspondentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 30 de março de 2016, que não conteve qualquer modificação.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Corretora é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, com base nas evidências de auditoria obtidas, não identificamos a existência de incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Lino Martins da Silva Junior
Contador CRC RJ-083314/O-7

Geração Futuro Corretora de Valores S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Ativo circulante		47.818	133.353	Circulante		41.822	121.811
Disponibilidades	4	555	405	Outras obrigações	11	41.822	121.811
Aplicações interfinanceiras de liquidez		12.931	15.594	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		7	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	12.931	15.594	Sociais e estatutárias		-	1.028
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	13.979	14.599	Fiscais e previdenciárias		1.290	1.279
Carteira própria		13.489	6.417	Negociação e intermediação de valores		35.067	98.621
Vinculados à prestação de garantias		490	8.182	Diversos		4.476	19.146
Outros créditos	7	20.071	102.475	Parcelamento de dívida - IRPJ e CSLL		982	887
Rendas a receber		3.457	3.231	Provisão para passivos contingentes	16 b	-	850
Negociação e intermediação de valores		14.229	81.483	Exigível a longo prazo	11	1.966	1.627
Diversos		2.402	17.772	Outras obrigações		1.966	1.627
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(17)	(11)	Parcelamento de dívida - IRPJ e CSLL		819	1.627
Outros valores e bens		282	280	Provisão para passivos contingentes	16 b	1.147	-
Não circulante		9.043	4.264	Patrimônio líquido	12	13.073	14.179
Permanente		9.043	4.264	Capital social		25.000	40.039
Investimento	8	5.272	-	Redução de capital em aprovação		-	(15.039)
Imobilizado de uso	9	1.342	1.433	Prejuízos acumulados		(11.927)	(10.821)
Intangível	10	2.429	2.831				
Total do ativo		56.861	137.617	Total do passivo e patrimônio líquido		56.861	137.617

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geração Futuro Corretora de Valores S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto o lucro/(prejuízo) por ação)

		2016		2015
	Nota	Semestre	Exercício	Exercício
Receitas de intermediação financeira	6	<u>3.675</u>	<u>7.619</u>	7.355
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez		1.236	3.041	2.710
Resultado de títulos e valores mobiliários e derivativos		2.439	4.578	4.645
Despesas da intermediação financeira		<u>(2)</u>	<u>(5)</u>	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(2)	(5)	-
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>3.673</u>	<u>7.614</u>	7.355
Outras receitas e despesas operacionais		<u>(1.348)</u>	<u>(7.998)</u>	(3.634)
Receitas de prestação de serviços	13	25.611	49.406	52.524
Despesas de pessoal		(12.388)	(24.707)	(19.885)
Outras despesas administrativas	14	(17.036)	(32.521)	(31.491)
Despesas tributárias	15	(2.245)	(4.407)	(4.401)
Outras receitas operacionais		631	1.031	865
Resultado de participações em controladas e coligadas		4.523	4.267	-
Outras despesas operacionais		(444)	(1.067)	(1.246)
Resultado operacional		<u>2.325</u>	<u>(384)</u>	3.721
Resultado não operacional		-	(1)	92
Resultado antes da tributação sobre o lucro		<u>2.325</u>	<u>(385)</u>	3.813
Imposto de renda e contribuição social	18	-	-	(1.153)
Provisão para imposto de renda		-	-	(674)
Provisão para contribuição social		-	-	(479)
Participações nos resultados		-	(721)	(1.085)
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre/exercício		<u>2.325</u>	<u>(1.106)</u>	1.575
Quantidade de ações no final do semestre/exercício		25.133.542	25.133.542	25.133.542
Lucro líquido/(prejuízo) por ação - R\$		<u>0,09</u>	<u>(0,04)</u>	0,06

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geração Futuro Corretora de Valores S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Redução de capital em aprovação	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>40.039</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(12.396)</u>	<u>27.643</u>
Redução de capital	-	(15.039)	-	-	(15.039)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.575	1.575
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>40.039</u>	<u>(15.039)</u>	<u>-</u>	<u>(10.821)</u>	<u>14.179</u>
Saldos em 1º de julho de 2016	<u>25.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(14.252)</u>	<u>10.748</u>
Lucro líquido do semestre	-	-	-	2.325	2.325
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>25.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.927)</u>	<u>13.073</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2016	<u>40.039</u>	<u>(15.039)</u>	<u>-</u>	<u>(10.821)</u>	<u>14.179</u>
Redução de capital	(15.039)	15.039	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.106)	(1.106)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>25.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.927)</u>	<u>13.073</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geração Futuro Corretora de Valores S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2016		2015
	Semestre	Exercício	Exercício
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre/exercício	2.325	(1.106)	1.575
Ajustes para reconciliar o lucro líquido/prejuízo do semestre/exercício ao caixa líquido			
Imposto de renda e contribuição social	-	-	1.153
Depreciação e amortização	681	1.352	1.231
Resultado com equivalência patrimonial	(4.523)	(4.267)	
Provisão para passivos contingentes	(101)	297	144
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre/exercício ajustado	(1.618)	(3.724)	4.103
Varição em ativos e passivos			
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez	(486)	(78)	(7.490)
(Aumento) / Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros			
derivativos	(736)	620	21.152
Redução / (Aumento) em outros créditos	21.174	82.404	(33.691)
Redução / (Aumento) em outros valores e bens	173	(2)	37
Impostos pagos	(268)	(695)	(503)
(Redução) / Aumento em outras obrigações	(17.008)	(79.252)	23.906
	2.849	2.997	3.411
Caixa originado/(aplicado) nas atividades operacionais	1.231	(727)	7.514
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Alienação do imobilizado	1	1	3
Aquisição de imobilizado de uso	(56)	(462)	(318)
Aquisição de investimento	-	(1.005)	-
Baixa de intangível	41	41	-
Aquisição de intangível	(425)	(439)	(1.564)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(439)	(1.864)	(1.879)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	792	(2.591)	5.635
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	5.126	8.509	2.874
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	5.918	5.918	8.509
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	792	(2.591)	5.635
Transações não monetárias			
Aumento em outras obrigações	-	-	(15.039)
Redução de capital a liquidar	-	-	15.039

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Geração Futuro Corretora de Valores S.A. (“Corretora”) tem por objeto principal, negociar títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros, e operar em bolsas de valores e de mercadorias e futuros.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro nacional. Certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Geração Futuro.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e em consonância com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, instituído pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, requer que a Administração da Corretora baseie-se em estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e provisão para contingências. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal de negócios. A administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Corretora em continuar suas atividades nos próximos 12 (doze) meses.

A Administração autorizou a emissão e divulgação das demonstrações financeiras em 17 de março de 2017.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Corretora.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Possuem liquidez imediata, com vencimento ou carência igual ou inferior a 90 (noventa) dias, e não estão sujeitos a risco significativo de mudança de valor.

c. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira.

d. Segregação de curto e longo prazo

Os demais ativos e passivos são apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação na data do balanço. Os saldos realizáveis e exigíveis com vencimento em até 12 (doze) meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço, e retificadas por provisão ao valor de mercado quando aplicável.

f. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Nos termos da Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários passaram a ser classificados nas seguintes categorias:

(i) Títulos para negociação

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos. Compreendem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelos seus valores de mercado ou desvalorização computado ao resultado.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento

Títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. Esses títulos são avaliados pelos valores de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais devem ser lançados no resultado do período.

(iii) Títulos disponíveis para venda

Títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas demais categorias, e que são avaliados pelos seus valores de mercado, em contrapartida à destacada conta de patrimônio líquido denominada “ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e derivativos”, líquidos dos efeitos tributários.

A Corretora tem como estratégia de atuação adquirir títulos e valores mobiliários e mantê-los para negociação, proporcionando, desse modo, rentabilidade de suas disponibilidades e participação transitória no mercado de derivativos sem, contudo, assumir posições que comprometam a sua solidez patrimonial, liquidez ou que venham a representar risco de crédito.

As cotas de fundos de investimento são atualizadas diariamente com base no valor da cota divulgado pelos Administradores dos fundos onde os recursos são aplicados. A valorização e desvalorização das cotas de fundos de investimento estão apresentadas nas demonstrações do resultado.

Os títulos privados classificados como certificados de depósitos bancários, letras de créditos imobiliários, debêntures, certificados de recebíveis de agronegócio e letras de agronegócio são indexados à taxa CDI e pré-fixados, sendo o resultado registrado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

g. Negociação e intermediação de valores

Demonstrado pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas junto às bolsas de valores, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

h. Investimento em controlada

As participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora.

i. Imobilizado de uso / intangível

Ativo Imobilizado: correspondem aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Corretora, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Corretora os benefícios, riscos e controle desses bens.

- O ativo imobilizado de uso (bens corpóreos) e o intangível (bens incorpóreos) estão registrados pelo valor de custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais que contemplam a vida-útil econômica dos bens, às taxas de 10% a.a. para móveis, e 20% a.a. para os demais. A amortização do ativo intangível é calculada pelo método linear à taxa de 20% a.a. O ágio é apurado com base na diferença entre o valor pago na data de aquisição e o valor contábil líquido. O ágio, cujo fundamento é baseado na previsão de resultados futuros da empresa adquirida, é amortizado em consonância com os prazos de projeções que o justificaram ou, quando baixado o investimento, por alienação ou perda, antes de cumpridas as previsões.

j. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment)

Um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. De acordo com a Resolução nº 3.566/2008 do CMN, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*impairment*), a Corretora testa, no mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecidas no resultado do exercício as eventuais perdas apuradas.

Com base em análise de seus ativos em 31 de dezembro de 2016, a Corretora conclui que não há evidências que indiquem a necessidade de constituição de provisão para perdas consideradas permanentes.

k. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN:

1. Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
2. Passivos contingentes: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
3. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

l. Demais ativos e passivos

São apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação na data do balanço.

m. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real anual, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 no exercício (R\$120 no semestre). A contribuição social é calculada sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação em vigor à alíquota de 15% no período compreendido entre 1º de janeiro a 30 de agosto de 2015; 20% no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, retornando a 15% (quinze por cento) a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme Lei 13.169 em 06 de outubro de 2015.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

n. Lucro líquido / prejuízo por ação

O resultado por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação na data do balanço.

o. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

p. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem às demonstrações contábeis é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem às demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem às demonstrações contábeis (evento subsequente ao período contábil a que se referem às demonstrações que originam ajustes).
- Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem às demonstrações contábeis (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que não originam ajustes).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa e saldos em bancos - moeda nacional	555	405
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	<u>5.363</u>	<u>8.104</u>
Total caixa e equivalentes de caixa	<u>5.918</u>	<u>8.509</u>

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez estão sendo apresentadas por tipo de papel e vencimento como segue:

	2016	2015
Posição bancada - vencimento até 90 dias		
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		
Certificados de Depósitos Interfinanceiros	<u>12.931</u>	<u>8.104</u>
Posição bancada - vencimento até 360 dias		
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		
Certificados de Depósitos Interfinanceiros	<u>-</u>	<u>7.490</u>
	<u>12.931</u>	<u>15.594</u>

As aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas por aplicações financeiras com o Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo, a uma taxa média de 100% do CDI, com vencimentos variados, sendo o mais distante em 13 de março de 2017.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez geraram ganhos de R\$ 3.041 (R\$ 2.710 em 2015).

6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Apresentamos a seguir a composição da carteira de títulos, por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento, ajustados aos respectivos valores de mercado. Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria estão classificados na categoria de títulos para negociação:

	2016					Valor de mercado 31/12/2015
	Valor de mercado					
	Custo	Sem Vencimento	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
Carteira própria (livres)	13.489	-	781	12.708	13.489	6.417
Títulos de Renda Fixa (livres)	13.489	-	781	12.708	13.489	5.405
Títulos públicos federais	12.993	-	625	12.368	12.993	5.176
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	12.962	-	625	12.337	12.962	5.176
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	-	-	1	1	-
Notas do Tesouro Nacional-B - NTN-B	30	-	-	30	30	-
Títulos privados	496		156	340	496	229
Certificado de depósito bancário - CDB	146	-	39	107	146	43
Letras de crédito Imobiliários - LCI	107	-	107	-	107	-
Letras de crédito do agronegócio - LCA	81	-	-	81	81	186
Debêntures	134	-	-	134	134	-
Certificado recebíveis do agronegócio - CRA	18	-	-	18	18	-
Cedrtificado de operações estruturadas - COE	10	-	10	-	10	-
Fundo de investimento	-	-	-	-	-	1.012
GF Performance Genial FIC FIM	-	-	-	-	-	1.012
Vinculados à prestação de garantias	490			490	490	8.182
Títulos públicos federais - Letras Financeiras do Tesouro - LFT	490	-	-	490	490	8.182
Total	13.979		781	13.198	13.979	14.599

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informados pela ANBIMA.

Os títulos privados são registrados pelo seu valor de custo, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos e ajustado ao valor de mercado. As principais fontes de precificação são: ANBIMA, BM&F Bovespa, CETIP e SELIC.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o resultado de operações com títulos e valores mobiliários foi de R\$ 4.578 (R\$ 4.645 em 2015).

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Corretora não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

7 Outros créditos

a. Rendas a receber

Em 31 de dezembro de 2016, a Corretora possuía registrado como “rendas a receber” o montante de R\$ 3.457 (R\$ 3.231 em 2015) provenientes de taxa de administração dos fundos de investimentos.

As receitas auferidas no exercício com a administração de recursos totalizaram R\$ 28.331 (R\$ 28.911 em 2015).

b. Negociação e intermediação de valores

Representado principalmente pelos saldos das operações por conta de clientes, pendentes de liquidação, dentro do prazo regulamentar, no montante de R\$ 14.229 (R\$ 81.483 em 2015).

c. Diversos

	2016	2015
Imposto de renda a compensar	465	1.453
Valores a receber de sociedades ligadas (ii)	121	15.192
Adiantamento para futuro aumento de capital	555	-
Devedores diversos - país (i)	610	561
Outros créditos diversos	<u>651</u>	<u>566</u>
Subtotal	2.402	17.772
(-) Provisão para outros créditos	<u>(17)</u>	<u>(11)</u>
Total	<u>2.385</u>	<u>17.761</u>

- (i) Em 2016, o saldo dessa rubrica refere-se a custos transitórios incorridos a receber de Fundos de investimentos. Em 2015 R\$ 561.
- (ii) Em 2016, o saldo de R\$ 121 é referente a outros valores a liquidar entre empresas do grupo. Em 2015 os valores a receber de sociedades ligadas referem-se basicamente a transferência de recursos em função da redução de capital, descrita na nota 12, no valor de R\$ 15.039 e outros valores a liquidar entre empresas do grupo, no valor de R\$ 153.

8 Investimentos

Em 05 de janeiro de 2016, foi constituída a Geração Futuro Seguros e Participações Ltda, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tendo como atividade principal a participação em outras empresas, nacionais ou estrangeiras, como sócia cotista ou acionista. Nesta mesma data, a Companhia recebeu integralização de capital no montante de R\$ 1, em 26 de fevereiro de 2016 realizou um aumento de capital no montante de R\$ 1.004, totalmente integralizado em 31 de março de 2016.

Através dessa controlada, a Corretora participa indiretamente do controle compartilhado da Genial Corretora de Seguros S/A numa associação com o Grupo OESP. A operação de aquisição da Genial se deu em 26 de agosto de 2015, ainda sob a razão social de EscolherSeguro Corretora de Seguros S.A, quando foi celebrado o contrato de compra e venda de 90% de suas ações, tendo como principais precedentes para a conclusão da operação a aprovação do Banco Central do Brasil, ocorrida em 08 de dezembro de 2015, e sua consumação em 20 de janeiro de 2016, pelo valor de R\$435 em duas parcelas iguais, atualizadas pelo CDI a partir da data de assinatura até seu efetivo pagamento.

Em 30 de maio de 2016, a EscolherSeguro teve sua razão social aterada para Genial Corretora de Seguros S.A.

Em 31 de agosto de 2016, através de Assembleia geral Extraordinária foi deliberada e aprovada a compra da posição acionária do sócio pessoa física remanescente representada por 10% das ações, pelo valor de R\$1,00.

Em 14 de setembro de 2016, através de acordo de investimento na Genial Corretora de Seguros S.A, foi concretizada a associação entre a Geração Futuro Seguros e Participações Ltda e o S/A O Estado de São Paulo – “Estadão”. Para essa transação foram emitidas 6.888.976 de ações da investida, sendo 6.888.975 ações, correspondentes a 50% de participação da Companhia, subscritas pelo Estadão e 1 ação subscrita pela Geração Futuro Seguros e Participações Ltda. O acordo representou um aumento de capital de R\$15.685, sendo R\$10.000 integralizado pelo Estadão, através de créditos a serem utilizados em espaços publicitários nos veículos de mídia do Grupo OESP pelo período de 36 meses e R\$5.685 pela Geração Futuro Seguros e Participações Ltda serão integralizados em espécie, observada a necessidade de investimento. Até o encerramento do exercício foram integralizados R\$1.350 em espécie e utilizados R\$243 em publicação.

	Saldo em 31/12/2015			Saldo em 31/12/2016
	Saldo do investimento	Novos aportes	Equivalência patrimonial	Saldo do investimento
Geração Futuro Seguros e Participações LTDA (*)	-	1.005	4.267	5.272
Total	-	1.005	4.267	5.272

(*) A GF Seguros e Participações é investida direta da Geração Futuro, porém, não é considerada para fins de consolidação conforme regras estabelecidas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

9 Imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Corretora apresentou as seguintes movimentações em seu imobilizado:

Descrição	Taxa	Saldo 31/12/2015	Movimentação			Saldo 31/12/2016
			Aquisições	Baixas	Depreciação	
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.285	35	(2)	-	2318
(-) depreciação acumulada		(1.623)	-	1	(216)	(1.838)
Sistema de comunicações- Equipamentos	10%	820	-	-	-	820
(-) depreciação acumulada		(630)	-	-	(52)	(682)
Sistema de processamento de dados	20%	2.756	427	(11)	-	3.172
(-) depreciação acumulada		(2.175)	-	11	(284)	(2.448)
Total		1.433	462	(1)	(552)	1.342

Descrição	Taxa	<u>Movimentação</u>				Saldo 31/12/2015
		Saldo 31/12/2014	Aquisições	Baixas	Depreciação	
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.143	178	(36)	-	2.285
(-) depreciação acumulada		(1.442)	-	33	(214)	(1.623)
Sistema de comunicações- Equipamentos	10%	820	-	-	-	820
(-) depreciação acumulada		(578)	-	-	(52)	(630)
Sistema de processamento de dados	20%	2.770	140	(154)	-	2.756
(-) depreciação acumulada		(2.097)	-	154	(232)	(2.175)
Total		<u>1.616</u>	<u>318</u>	<u>(3)</u>	<u>(498)</u>	<u>1.433</u>

10 Intangível

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Corretora apresentou as seguintes movimentações em seu intangível:

Descrição	Taxa	<u>Movimentação</u>				Saldo 31/12/2016
		Saldo 31/12/2015	Aquisições	Baixas	Amortização	
Software	20%	2.747	-	-	-	2.747
(-) amortização acumulada		(1.611)	-	-	(327)	(1.938)
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	-	2.299	439	(41)	-	2.695
(-) amortização acumulada		(604)	-	-	(471)	(1.078)
Total		<u>2.831</u>	<u>439</u>	<u>(41)</u>	<u>(800)</u>	<u>2.429</u>

Descrição	Taxa	<u>Movimentação</u>				Saldo 31/12/2015
		Saldo 31/12/2014	Aquisições	Baixas	Amortização	
Software	20%	1.736	1.011	-	-	2.747
(-) amortização acumulada		(1.301)	-	-	(310)	(1.611)
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	-	1.746	553	-	-	2.299
(-) amortização acumulada		(181)	-	-	(423)	(604)
Total		<u>2.000</u>	<u>1.564</u>	<u>-</u>	<u>(733)</u>	<u>2.831</u>

(i) As benfeitorias são amortizadas de acordos com a vigência dos contratos de aluguel.

11 Outras obrigações

a. Sociais e estatutárias

	2016	2015
Gratificações e participações a pagar (empregados)	-	1.028
	<u>-</u>	<u>1.028</u>

b. Fiscais e previdenciárias

	2016	2015
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	-	144
Impostos e contribuições sobre salários	724	600
Outros	<u>566</u>	<u>535</u>
	<u>1.290</u>	<u>1.279</u>

c. Negociação e intermediação de valores

	2016	2015
Credores - conta de liquidações pendentes	21.118	19.509
Caixas de registro e liquidação	<u>13.949</u>	<u>79.112</u>
	<u>35.067</u>	<u>98.621</u>

d. Diversos

	2016	2015
Provisão para despesas de pessoal	1.489	1.376
Provisão de pagamentos a efetuar	1.526	1.385
Valores a pagar sociedades ligadas	74	4
Credores diversos - Redução de capital (**)	617	15.039
Credores diversos - outros	<u>770</u>	<u>1.342</u>
	<u>4.476</u>	<u>19.146</u>

e. Parcelamento de dívida (*)

	2016	2015
IRPJ e CSLL	<u>1.801</u>	<u>2.514</u>

- (*) A Superintendência Regional da Receita Federal 10ª Região Fiscal - Porto Alegre/RS, com base no “Termo de Constatação e Intimação Fiscal”, glosou despesas contabilizadas pela Corretora no ano-calendário de 2009, lavrando Auto de Infração recebido em 21/10/2013, referente à cobrança de IRPJ e CSLL, nos valores de R\$ 2.607 e R\$ 1.564. Em novembro de 2013 a Corretora optou pelo parcelamento em 60 (sessenta) vezes, com benefício de redução das multas em 40% (quarenta por cento), referente à adesão ao programa instituído pela Lei nº 11.941/2009, reaberto com as alterações veiculadas pela Lei 12.865/2013 (“Refis”). Transferido de grupo contábil para melhor classificação.
- (**) De acordo com as Normas do Cosif, a redução de capital deve ser registrada em conta própria do patrimônio em contrapartida de credores diversos, até que o Banco Central do Brasil aprove o Ato Societário que deliberou por tal decisão, conforme nota 12.

12 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social é de R\$ 25.000 (R\$ 40.039 em 2015), e está representado por 25.133.542 ações ordinárias nominativas (40.253.638 ações em 2015), sem valor nominal, representado conforme o quadro de acionistas:

Acionistas	No de ações	Participação
Brasil Plural S.A. Banco Multiplo	<u>25.133.542</u>	<u>100%</u>
Total	<u>25.133.542</u>	<u>100%</u>

Em 22 de dezembro de 2015, através de Assembleia Geral Extraordinária foi deliberada a redução do capital da Corretora, por ser considerado excessivo ao seu objeto social no montante de R\$15.039, com cancelamento de 15.120.096 ações. O Banco Central do Brasil homologou a redução de capital conforme Ofício 4791/2016-BCB/Deorf/GTRJA de 23 de março de 2016.

Aos acionistas está previsto o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação vigente. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não houve pagamentos de dividendos.

Reserva de lucros

A reserva legal é constituída ao final de cada exercício na forma prevista na legislação societária brasileira, pela parcela de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

Reserva de capital

A reserva de capital será utilizada para absorção de prejuízos, quando estes ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros, qual houver incorporação ao capital social, pagamento de dividendos a ações preferenciais e para resgate, reembolso ou compra de ações.

13 Receitas de prestação de serviços

	2º Semestre	2016	2015
Rendas de corretagem	9.029	18.399	19.739
Administração de recursos (Nota 7a)	15.749	28.331	28.911
Rendas de colocação de títulos	679	1.333	1.499
Outras	<u>154</u>	<u>1.343</u>	<u>2.375</u>
	<u>25.611</u>	<u>49.406</u>	<u>52.524</u>

14 Outras despesas administrativas

	2º Semestre	2016	2015
Serviços de terceiros	(135)	(264)	(354)
Comunicações	(994)	(1.970)	(1.743)
Processamento de dados	(2.583)	(5.172)	(3.639)
Aluguel	(1.355)	(2.656)	(2.738)
Serviços técnicos especializados	(8.639)	(15.205)	(16.577)
Serviço do sistema financeiro	(896)	(1.841)	(1.447)
Depreciação e amortização	(681)	(1.352)	(1.231)
Viagens	(202)	(468)	(514)
Outros	<u>(1.551)</u>	<u>(3.593)</u>	<u>(3.248)</u>
	<u>(17.036)</u>	<u>(32.521)</u>	<u>(31.491)</u>

15 Despesas tributárias

	2º Semestre	2016	2015
PIS e COFINS	(1.365)	(2.658)	(2.790)
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	(781)	(1.514)	(1.435)
Outros	<u>(99)</u>	<u>(235)</u>	<u>(176)</u>
	<u>(2.245)</u>	<u>(4.407)</u>	<u>(4.401)</u>

16 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a. Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não foram reconhecidos ativos contingentes. A ação anulatória nº 2009.51.01.015474-8, mencionada no item “c”, apesar de probabilidade de êxito provável, a Corretora aguarda o julgamento das apelações.

b. Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2016, a Corretora possui provisão de R\$ 1.147 decorrentes de ações trabalhistas e cíveis (R\$ 850 em 2015), classificadas como de perda provável pelos seus assessores jurídicos.

c. Órgãos reguladores

Em 31 de dezembro de 2016, a Corretora possui provisão de R\$ 562 (R\$ 656 em 2015) decorrentes de supostas infrações incorridas pela mesma envolvendo a obrigação de apresentação de informes, através do sistema Web. Diante do exposto, a Corretora pleiteou a anulação das decisões através de Ação Anulatória, procedendo com pagamento em juízo no montante de R\$ 439.

A Corretora figura no pólo passivo de Processo Administrativo Sancionador - CVM nº 2012/2338, imputado pela Comissão de Valores Mobiliários em razão de infrações envolvendo aplicação de taxa de administração elevada e não manutenção cadastral de Fundo entre os anos de 2005 e 2006, tendo como valor estimado o montante de R\$ 805 e probabilidade de perda provável. Importante ressaltar que, por tratar-se de contingência relacionada aos vendedores da Corretora, conforme Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças celebrado em 30/04/2012, entre os vendedores do Grupo Geração Futuro e o Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo, a responsabilidade pelo pagamento da mencionada contingência é integral dos Vendedores, por conta disso não cabendo a provisão de tal contingência. Em função da probabilidade indicada pelos assessores jurídicos, a Administração decidiu antecipar o pagamento da multa, quitando-a em 30/07/2013, e aguardar o julgamento.

A Corretora figura no pólo passivo de Processo Administrativo Sancionador - CVM nº 2015/3247, originado pelo PAS CVM SP2012/239, imputado pela Comissão de Valores Mobiliários em razão da responsabilidade sobre a manutenção e atualização do registro de cotistas do Fundo de Investimento em Ações Geração Futuro 157, tendo como valor estimado o montante de R\$ 400 e probabilidade de perda possível para aplicação de multa e provável em caso de celebração de termo de compromisso. O processo teve andamento e em 05 de fevereiro de 2016 foi formalizada a aceitação da proposta de termo de compromisso pela Geração Futuro. Assim como no processo anterior, a contingência está relacionada aos Vendedores da Corretora e a responsabilidade por seu pagamento é integral dos Vendedores, não cabendo a provisão de tal contingência.

Composição das contingências

	2016		2015	
	Provisões para riscos fiscais e passivos contingentes	Devedores por depósitos em garantia	Provisões para riscos fiscais e passivos contingentes	Devedores por depósitos em garantia
Cíveis				
Trabalhistas	562	445	725	442
	585	62	125	58
Total	1.147	507	850	500

Movimentação dos contingências

	2016	2015
Saldo Anterior	850	705
Constituição	490	515
(Reversão)	(164)	-
Pagamentos	(29)	(370)
Total	1.147	850

17 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2016, a Corretora possui as seguintes transações com partes relacionadas:

	2016	2015	
Ativos	17.075	34.044	
A receber - prestação de serviços	3.457	3.231	Fundos Administrados pela Corretora
Rateio de despesas administrativas	84	44	GF Gestão de Recursos Ltda.
Reembolso de despesas administrativas	8		Genial Corretora de Seguros S.A.
Reembolso de despesas administrativas	-	1	Plural pp
Devolução - redução de capital	-	15.039	Brasil Plural S.A. - Banco Múltiplo
Adiantamento para futuro aumento de capital	555		Geração Futuro Seguros Ltda.
Reembolso de despesas administrativas	24	107	Brasil Plural S.A. - Banco Múltiplo
Aplicação em CDI	12.931	15.594	Brasil Plural S.A. - Banco Múltiplo
Caixa	25	28	Brasil Plural S.A. - Banco Múltiplo
Passivos	12.836	93.764	
Operação de bolsa - correspondente	12.745	78.721	Brasil Plural S.A. - Banco Múltiplo
Credores diversos - aumento de capital	-	15.039	Brasil Plural S.A. - Banco Múltiplo
Credores diversos - aumento de capital	-	4	GF Gestão de Recursos Ltda.
Reembolso de despesas administrativas	69	-	Brasil Plural CCTVM
Receitas/Despesas	54.161	32.232	
Receitas com CDI	3.041	2.710	Brasil Plural S.A. - Banco Múltiplo
Despesa com corretagem	1.005	-	Brasil Plural CCTVM
Receita com prestação de serviços	28.331	28.911	Fundos Administrados pela Corretora
Rateio de despesas administrativas	708	611	GF Gestão de Recursos Ltda.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração total do pessoal-chave da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 830 (R\$ 975 em 2015), a qual é considerada benefício de curto prazo. De acordo com a Administração, não existem outros benefícios de curto prazo.

18 Imposto de renda e contribuição social

Demonstração da conciliação entre o imposto de renda e contribuição social à taxa efetiva e nominal

	2016	2015
Resultado antes da Tributação e Participações	<u>(385)</u>	<u>3.813</u>
Participações dos empregados no resultado	<u>721</u>	<u>1.085</u>
Lucro antes dos Impostos	<u>(1.105)</u>	<u>2.727</u>
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquota vigente		
Corrente - Alíquota Vigente	(497)	1.227
Ajustes Permanentes	<u>(4.065)</u>	<u>189</u>
Resultado de Equivalencia Patrimonial de Controladas e Coligadas	(4.267)	-
Outras	202	189
Ajustes Temporários	<u>(604)</u>	<u>1.179</u>
Ajustes temporários sobre produtos	12	4
Contingencias e Tributos suspensos	412	148
PLR - Caixa	(1.028)	1.028
Lucro/Prejuízo Antes das Compensações	<u>(5.775)</u>	<u>4.096</u>
Compensação	-	1.229
Lucro/Prejuízo do Exercício	<u>(5.775)</u>	<u>2.867</u>
Incentivos Fiscais	<u>3</u>	<u>18</u>
Empresa Cidadã	3	1
PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador	-	17
Despesa efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>-</u>	<u>1.153</u>
Corrente	-	1.153
Diferido	-	-

Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

A Corretora não realizou o registro contábil de ativo ou passivo tributário em conformidade com Resolução 3.059/12 do Bacen que define as regras para as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrente de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição sócia sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias .

	Prejuízo Fiscal	Base Negativa	Ajustes Temporários	MTM	Total
Ativos fiscais não constituído	3.677	2.942	516	7	7.142

19 Gerenciamento de riscos

A gestão de risco está sujeita aos mesmos padrões do acionista controlador, Banco Plural S.A. - Banco Múltiplo. Serve como um instrumento para maximizar o valor para os acionistas e para as partes interessadas. Desta forma, buscamos estabelecer estratégias e objetivos para alcançar o equilíbrio entre as metas de crescimento e de retorno dos investimentos e os riscos a elas associados. A descrição detalhada de cada estrutura que compõe o gerenciamento de riscos está disponível no site da instituição (<http://www.brasilplural.com/Site/pt/BR/Company/GovernanceRiskCompliance>). As estratégias de gerenciamento de riscos e os respectivos efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

a. Risco de mercado

A estrutura para gerenciamento do Risco de Mercado foi elaborada de forma a dimensionar da melhor maneira possível a exposição a risco de mercado da instituição, captando todas as operações e eventos de risco, independentemente da natureza das operações e a complexidade dos produtos.

O risco de mercado é monitorado através do cálculo diário do Value at Risk (VaR), uma ferramenta estatística que mensura a perda potencial da instituição com determinado nível de confiança para um certo horizonte de tempo. Também é utilizado, para análise e monitoramento, testes de estresse das carteiras com o objetivo de mensurar o risco em cenários adversos.

O acionista Controlador também monitora os riscos de mercado de suas carteiras por meio das parcelas que compõem o RWA (*Risk Weighted Assets*) conforme determina a Resolução nº 4.192/2007 do Banco Central do Brasil.

I. Análise de Sensibilidade (Instrução CVM nº 475/2008)

Alinhado às melhores práticas de mercado, o Brasil Plural gerencia seus riscos de forma dinâmica, buscando identificar, avaliar, monitorar e controlar as exposições aos riscos de mercado de suas posições próprias. Para isto, a Instituição considera os limites de riscos estabelecidos pela Administração e possíveis cenários para atuar de forma tempestiva na reversão de eventuais resultados adversos.

O Brasil Plural em conformidade com a Resolução CMN nº 3.464/2007 e com a circular nº 3.354/2007 do Bacen, segrega as suas operações, inclusive instrumentos financeiros derivativos da seguinte forma:

- (i) Carteira de negociação (Trading Book): constituída por posições próprias realizadas com a intenção de negociação ou destinadas a hedge da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas as condições normais de mercado, e que não contenham cláusula de inegociabilidade.
- (ii) Carteira de não negociação (Banking Book): contém as operações não classificadas na Carteira de Negociação, tendo como característica principal a intenção de manter tais operações até seu vencimento.

Para determinar a sensibilidade do capital aos impactos de movimentos de mercado, foram realizadas simulações com 3 cenários:

- **Cenário A:** Situação provável. Premissas utilizadas: cambio 3,2591; choque paralelo nas curvas de risco de -1%.
- **Cenário B:** Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 25% nas variáveis de risco;
- **Cenário C:** Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 50% nas variáveis de risco;

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (Trading), composta por títulos públicos, privados e instrumentos financeiros derivativos.

Fator de Risco	Cenário A		Cenário B		Cenário C	
	Variação	Resultado	Variação	Resultado	Variação	Resultado
Ações	Redução	(1.916,41)	Redução	(2.395,51)	Redução	(2.874,62)
Câmbio	Aumento	(253,24)	Redução	(640,37)	Redução	(494,23)
IPCA	Redução	(32,42)	Aumento	(313,25)	Aumento	(372,03)

Para as operações classificadas na Carteira de Não Negociação, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças em taxa de juros, praticadas no mercado, não representa impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do Banco. A carteira é composta por operações de créditos, captações, títulos e valores mobiliários e operações atreladas a hedge natural, mitigando a exposição o impacto em cenário de estresse.

b. Risco operacional

Risco de perda resultante de falha ou inadequação de processos internos, sistemas, comportamento humano, ou ainda, proveniente de eventos externos, que podem ocorrer em qualquer etapa de um processo operacional de uma instituição financeira. A estrutura de gerenciamento do risco operacional prevê Política, Manuais de Procedimentos e Plano de Continuidade de Negócios.

Os eventos de perdas são monitorados, identificados e armazenados em sistema proprietário conforme determinado pela Resolução 3.380, de 2006.

c. Risco de crédito

O processo para definição de limites de crédito para contrapartes financeiras e não financeiras é disciplinado pelo Manual de Crédito e inclui a análise detalhada de diversos aspectos do tomador do crédito e do grupo econômico a que pertence, incluindo a atividade da empresa (modelo de negócio, foco de mercado, posição de mercado, produtos, riscos de tecnologia, operacionais, obtenção e custo de matéria-prima, etc.), da sua capacidade financeira para repagar a obrigação financeira (análise horizontal e vertical dos últimos três exercícios, alavancagem financeira, estrutura de custos, consistência de geração de caixa das operações, liquidez), características da indústria em que opera (regulação, região de atuação, estrutura de custos, elasticidade de demanda e preços, mudanças estruturais, barreiras de entrada, etc.), bem como aspectos da governança (acordos de acionistas, experiência dos executivos e conselho de administração, órgãos de suporte ao conselho de administração, controles de riscos, estratégia da empresa, políticas financeira e de riscos, transparência).

O processo poderá, eventualmente, incluir a análise da estrutura de uma dívida específica da contraparte e seus fatores mitigadores de risco, com expectativa de perda relativa em caso de inadimplemento. A adequação do limite de crédito ao tipo de negócio da empresa e suas necessidades de financiamento serão analisadas. Recursos utilizados para elaboração do cadastro dos clientes incluem consulta à SERASA e SISBACEN tanto da empresa como de seus sócios. O processo converge para um rating interno e recomendação da área de Análise de Crédito, positiva (com ou sem restrições) ou negativa, para a proposta de limite encaminhada pela área comercial, recomendação esta que será avaliada pelo Comitê de Crédito para decisão final. Os limites de crédito são reavaliados pelo menos uma vez ao ano ou quando necessário por conta de mudanças no perfil de crédito da empresa ou da indústria na qual opera.

d. Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez busca utilizar as melhores práticas de maneira a garantir o equilíbrio entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - evitando descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento do conglomerado, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Utilizamos modelos de projeções e de estresse das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva.

e. Gestão de Capital

Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de:

- (i) Monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- (ii) Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita;
- (iii) Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O objetivo do gerenciamento de capital é antecipar a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado através de uma postura prospectiva.

20 Limites operacionais

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, conforme Resolução CMN nº 2.099/1994 e legislação complementar.

Os limites operacionais são administrados no nível do controlador Brasil Plural S. A. - Banco Múltiplo. A situação do Banco, em relação ao risco da exposição das operações financeiras, está assim representada:

Patrimônio de Referência	31/12/2016	31/12/2015
Índice de Basileia	15,62%	11,78%
Índice de Basileia Ampliado	15,61%	11,77%
Limite de imobilização	46.719	52.364
Valor da situação para o limite de imobilização	31.388	33.139
Índice de imobilização	33,59%	31,64%
Margem	15.331	19.224
Patrimônio de Referência (PR)	93.439	104.728
Patrimônio de Referência para comparação com o RWA	93.439	104.728

Patrimônio de Referência	31/12/2016	31/12/2015
Total da parcela RBAN	53	127
Total da parcela RWACPAD (Crédito)	193.567	196.801
Total da parcela RWAMPAD (Mercado)	<u>170.114</u>	<u>494.184</u>
Total da parcela RWACAM	12.916	280.365
Total da parcela RWAJUR [1]	66.963	65.472
Total da parcela RWAJUR [2]	7	5.431
Total da parcela RWAJUR [3]	7.711	-
Total da parcela RWAACS	82.514	142.916
Total da parcela RWAOPAD	<u>234.402</u>	<u>197.814</u>
RWA total (crédito+mercado+operacional)	<u>598.084</u>	<u>888.798</u>

As resoluções no. 4.192/13 e no. 4.278/13 do CMN dispõem sobre os critérios de apuração dos Requerimentos Mínimos de Patrimônio de Referência, de nível I e de Capital Principal e a Resolução 4.193/13 institui o Adicional de Capital Principal. Para os cálculos das parcelas de risco, foram observados os procedimentos das Circulares BACEN nos. 3.644/13, 3.652/13, 3.679/13 e 3.696/14 para risco de crédito, das Circulares nos. 3.634, 3.635, 3.636, 3.637, 3.638, 3.639, 3.641 e 3.645, de 2013 e das Cartas-Circulares nos 3.498/11 e 3.499/11 para risco de mercado, e das Circulares no. 3.640/13 e 3.675/13 e da Carta-Circular no. 3.625/13 para risco operacional. O Controlador optou pela abordagem do indicador básico para mensuração do risco operacional.

* * *